contratar com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um ou mais créditos em conta corrente, até o limite de 15:000 contos, destinados ao pagamento de petróleos e seus derivados e para cumprimento de obrigações resultantes de contratos de fretamento de navios petroleiros.

Art. 2.º Os petróleos e seus derivados cuja aquisição ou transporte o Instituto Português de Combustíveis custeie por força dos empréstimos contraídos ao abrigo deste decreto consideram-se para todos os efeitos dados em penhor à Caixa à segurança dos seus créditos.

§ 1.º Em caso de sinistro os direitos da Caixa na qualidade de credora pignoratícia recairão no valor das indemnizações a que houver lugar.

§ 2.º O penhor cessará com a venda, mas, feita a cobrança do produto desta, a direcção do Instituto entrará imediatamente na Caixa com a importância respectiva para amortização do seu débito.

Art. 3.º A representação do Instituto para os fins deste decreto, nos contratos e documentos que com eles se relacionem, incumbirá em conjunto ao respectivo presidente e ao director secretário, e na falta ou impedimento de qualquer destes intervirá, a substituí-los, um dos vogais da direcção.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 18 de Maio de 1942. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

Por ordem superior se faz público que, segundo informa a Legação da Suíça em Lisboa, o Governo da República do Salvador notificou em 12 de Março de 1942 o Conselho Federal Suíço da sua adesão à Convenção para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exércitos em campanha e à Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluídas em Génèbra a 27 de Julho de 1929.

Estas adesões produzem efeitos imediatos, conforme a mesma notificação, de acordo com o disposto nos artigos 37.º e 95.º das Convenções acima referidas, dado o estado de guerra actualmente existente entre a República do Salvador, por um lado, e a Alemanha, Itália e Japão, por outro.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, 13 de Maio de 1942. — O Director Geral, José da Costa Carneiro.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Declara-se que, por despacho de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações de 12 do corrente, foi autorizada a antecipação dos duodécimos da verba orçamental do n.º 3) «Artigos de expediente e diverso material não especificado» do artigo 8.º «Material de consumo corrente» do orçamento de despe-

sas privativo da Administração Geral do Pôrto de Lisboa do corrente ano económico.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa, 13 de Maio de 1942. — O Administrador Geral, Salvador de Sá Noqueira.

Comissariado do Desemprego

Portaria n.º 10:100

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que no orçamento da despesa do Comissariado do Desemprego em vigor no actual ano económico seja reforçada com a quantia de 10:000.000\$ a dotação inscrita no artigo 62.º, do capítulo 8.º

Por contrapartida e no capítulo 3.º do orçamento das receitas do mesmo Comissariado será inscrita igual quantia, que constituirá o artigo 12.º-A, com a seguinte designação:

Artigo 12.º-A «Reembolso das importâncias despendidas de conta da dotação do artigo 62.º do orçamento da despesa, com a aquisição de matérias primas e diversos materiais».

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 18 de Maio de 1942. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais

Decreto-lei n.º 32:021

Considerando que se torna necessário realizar estudos da flora e fitogeografia da colónia de Moçambique;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado, pelo Ministro das Colónias, a organizar, em colaboração com a colónia de Moçambique, a Missão Botânica para o estudo da flora e da fitogeografia da colónia.

§ único. A primeira campanha da Missão destina-se, especialmente, a efectuar os estudos e colher os materiais e elementos indispensáveis para a elaboração da carta fitogeográfica para o *Atlas do Império Colonial Português*.

Art. 2.º A Missão fica directamente dependente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Art. 3.º A Missão terá a seguinte composição:

- 1 chefe;
- 1 adjunto.

§ 1.º O governo da colónia satisfará, sempre que as condições do serviço o permitam, as requisições de pessoal, de nomeação ou contratado, dos serviços públicos da colónia que se torne necessário utilizar.

§ 2.º Os funcionários a que se refere o parágrafo anterior perceberão os vencimentos que lhes competirem no exercício das suas funções, acrescidos das ajudas de custo a que tiverem direito ou do subsídio que o governo da colónia lhes arbitrar.

§ 3.º Aos funcionários a que se refere o § 1.º deste artigo será garantido, depois de cada campanha, o regresso aos lugares que antes ocupavam.

§ 4.º A Missão admitirá na colónia o pessoal europeu

e indígena que fôr necessário à boa e regular execução do seu programa de trabalho.

§ 5.º Os serviços oficiais devem prestar à Missão a assistência e colaboração de que a mesma carecer, mediante pedido por escrito do seu chefe.

Art. 4.º O chefe da Missão será um botânico especializado em flora colonial africana e o adjunto pessoa idónea proposta pelo chefe.

Art. 5.º O chefe e o adjunto a que refere o artigo 3.º d'êste decreto terão direito, além das passagens em 1.ª classe, de ida e volta para e de Moçambique, aos seguintes abonos:

a) Ao vencimento fixo que lhes competir como funcionários na metrópole;

b) As seguintes ajudas de custo diárias durante a permanência em África:

Para o chefe	300\$00
Para o adjunto	150\$00

acrescidas de um subsídio diário de 50\$ para o chefe e adjunto durante o período de trabalhos no campo;

c) Durante a visita de estudo a que se refere o artigo 6.º d'êste decreto o chefe terá direito a receber o subsídio de 150\$ por dia, não acumulável com o trabalho de campo estabelecido na segunda parte da alínea b) d'êste artigo.

Art. 6.º O chefe da Missão poderá ausentar-se da colónia, por prazo estritamente necessário, a fim de visitar os herbários da União Sul-Africana e efectuar os estudos que julgar necessários.

§ único. Durante esta visita o chefe da Missão terá direito aos vencimentos e ajudas de custo que lhe competem quando em permanência na colónia, acrescidas do subsídio diário especial a que se refere a alínea c) do artigo 5.º d'êste decreto.

Art. 7.º O Ministro das Colónias requisitará o pessoal técnico dos quadros da metrópole de qualquer serviço público necessário à realização dos trabalhos da Missão, tendo em vista a especialização que os mesmos requerem, devendo êsse pessoal ser cedido sempre que não faça falta aos respectivos serviços.

§ único. Os membros da Missão que forem funcionários públicos na metrópole perceberão os vencimentos que lhes competirem por conta dos serviços onde servem.

Art. 8.º Aos funcionários ou empregados do Estado em serviço activo que sejam contratados ou deslocados de outros quadros para fazerem parte da Missão é garantido o regresso ao exercício dos seus lugares quando terminarem os trabalhos de gabinete de cada campanha, sendo-lhes contado, para os efeitos legais, o tempo de serviço prestado na Missão.

§ único. Os funcionários que forem requisitados para fazerem parte da Missão serão considerados, para efeitos de promoção, como continuando em serviço activo nos quadros a que pertencerem.

Art. 9.º No caso de o adjunto ter de assumir a direcção da Missão, por falta, ausência ou impedimento do chefe, terá aquele a competência legal estabelecida neste diploma para o chefe da Missão.

Art. 10.º Em Moçambique ficam isentos de pagamento de direitos e de quaisquer adicionais e outras imposições aduaneiras os aparelhos e instrumentos, utensílios e quaisquer outros materiais ou artigos que forem importados e que se destinem aos trabalhos que a Missão ali deverá executar.

Art. 11.º Os materiais científicos colhidos em África pela Missão estão isentos de pagamento de direitos e de outras quaisquer imposições aduaneiras pela entrada na metrópole.

Art. 12.º Compete ao chefe da Missão a elaboração do relatório circunstanciado dos trabalhos efectuados em cada campanha.

§ único. Os estudos de gabinete necessários para êsse fim serão realizados pelo pessoal da Missão que tenha regressado à metrópole no final da campanha e ainda por pessoal especializado que, não pertencendo à Missão, se julgue conveniente contratar.

Art. 13.º O chefe da Missão deverá apresentar à Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, pela qual correrá o seu expediente, o orçamento das despesas a realizar em cada ano económico, o qual terá de ser aprovado por portaria do Ministro das Colónias. Neste orçamento serão inscritas as seguintes rubricas:

- a) Despesas com material;
- b) Despesas com pessoal;
- c) Despesas com transportes;
- d) Despesas diversas não especificadas.

§ único. Sob proposta da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, serão entregues ou postas à ordem do chefe da Missão, mediante despacho ministerial, as importâncias que, em execução do orçamento, se forem tornando necessárias para as despesas a realizar.

Art. 14.º É dispensado o cumprimento das formalidades legais estabelecidas para a realização das despesas que, pela sua natureza e fins especiais, devam efectuar-se durante a permanência da Missão em África.

Art. 15.º O chefe da Missão é o responsável pelos fundos recebidos, dos quais prestará contas ao Tribunal de Contas.

§ 1.º Fica prevista a justificação, por simples nota ou relações firmadas pelo chefe da Missão, das despesas que, pela sua natureza, não seja praticamente possível documentar com recibos em forma.

§ 2.º Quando a Missão se encontre em África, e por êsse motivo não possa dar cumprimento ao preceituado na parte final do artigo 25.º do decreto-lei n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, poderá a entrega de qualquer saldo que se verifique ser efectuado em seguida à sua chegada a Lisboa.

Art. 16.º As despesas com o funcionamento da Missão Botânica constituirão encargo da metrópole e da colónia de Moçambique em partes iguais.

§ 1.º No corrente ano económico as despesas totais a que se refere o corpo d'êste artigo são orçamentadas em 400.000\$, correndo 200.000\$ pela verba da mesma importância inscrita na alínea c) do n.º 1) do artigo 42.º do capítulo 5.º do orçamento do Ministério das Colónias em vigor e os outros 200.000\$ por um crédito especial de igual importância que o governador geral da colónia de Moçambique abrirá nos termos do artigo 2.º do decreto n.º 30:490, de 6 de Junho de 1940, com contrapartida no saldo positivo das contas de exercício anteriores.

§ 2.º Nos anos de 1943, 1945 e 1947 a Missão deverá dedicar-se especialmente a trabalhos de gabinete na metrópole, sendo fixada em 60.000\$, para cada um daqueles anos, a verba a despendar com a Missão.

§ 3.º Nos anos de 1944 e 1946 a Missão deverá dedicar-se a trabalhos de campo, sendo fixada em 400.000\$ a verba a despendar em cada um daqueles anos.

Art. 17.º Os orçamentos do Ministério das Colónias e da colónia de Moçambique para 1943, 1944, 1945, 1946 e 1947 inscreverão as verbas necessárias, nos termos do corpo do artigo 16.º, para as despesas referidas nos §§ 2.º e 3.º do mesmo artigo.

* Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Paços do Governo da República, 18 de Maio de 1942. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa —

Adriano Pais da Silva Vaz Serra—João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 12 de Maio de 1942, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da importância de 1.200\$ da alínea b) do n.º 1) do artigo 65.º, capítulo 2.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o ano económico corrente para a alínea a) dos mesmos número e artigo.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 12 de Maio de 1942.—O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

Instituto Português de Combustíveis

Serviço de Raclonamento

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Economia de 14 do corrente, é proibida a partir da segunda quinzena de Maio corrente, inclusive, a utilização das senhas dos livretes de consumo

correspondentes às letras A até Z, inclusive, para os motociclos e carros ligeiros de passageiros não utilitários; desde E até Z, inclusive, para os motociclos e carros ligeiros utilitários e carros ligeiros e pesados do corpo diplomático; desde K até Z, inclusive, para os auto-carros de passageiros de aluguer; e desde M até Z, inclusive, para todos os restantes livretes de consumo.

Instituto Português de Combustíveis, 14 de Maio de 1942.—Pelo Presidente da Direcção, *Henrique Peyssonneau.*

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado da Agricultura de 12 do corrente, de harmonia com as disposições do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, foi autorizada no orçamento do Ministério da Economia em vigor no corrente ano económico de 1942 a seguinte transferência de verba:

CAPÍTULO 2.º

Secretaria Geral

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Artigo 32.º — Despesas de comunicações:

Do n.º 1) Correios e telégrafos 200\$00

Para o n.º 2) Telefones:

b) Instalações e outras despesas 200\$00

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 13 de Maio de 1942.—O Chefe da Repartição, *Luiz de Albuquerque Bettencourt.*